



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Noroeste de Mato Grosso,
Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
anteriormente denominada Cooperativa de
Crédito, Poupança e Investimento de
Associados do Noroeste de Mato Grosso e
Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
Araputanga / MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre) (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.



Building a better
working world

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Programa Cooperação na Ponta do lápis, que concentra as ações de educação financeira da Cooperativa, e o Fundo Social que destinou mais de 600 mil reais apoiando entidades e ações sem fins lucrativos.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: reinauguração da agência de Vale de São Domingos, Inauguração das agências de Cruzeiro do Sul-AC e Bosque (Rio Branco-AC), realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, Encontro com os Coordenadores de Núcleo e encontro com os colaboradores da Cooperativa todos de forma virtual.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos a reestruturação da nossa área de atendimento ao associado, pois com as restrições de entrada de pessoas no interior das agências tivemos que reforçar nossos diversos canais de atendimentos. Para aqueles associados que tinham a necessidade de ir até uma agência, uma equipe fazia a aferição de temperatura e um filtro de fila indicando qual seria a melhor forma do associado ser atendido. Além disso, todos os nossos colaboradores receberam equipamentos de proteção individual e ainda tiveram a oportunidade de trabalhar de suas casas, sendo obrigatório para aqueles do grupo de risco à pandemia.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.108.965	789.271	PASSIVO		909.990	632.043
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	17.160	20.792	DEPÓSITOS	(Nota 12)	507.849	372.359
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.074.745	757.202	Depósitos à vista		235.511	135.813
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	9.509	26.344	Depósitos interfinanceiros		69.048	87.407
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	187.572	89.924	Depósitos a prazo		203.290	149.139
Centralização financeira	(Nota 04)	97.944	43.872	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		327.855	211.176
Relações interfinanceiras ativas		788	701	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	311.290	184.633
Operações de crédito	(Nota 07)	731.392	563.213	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	10.082	20.151
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	47.540	33.148	Obrigações por repasses	(Nota 15)	575	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(34.050)	(27.750)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	5.908	6.392
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	5.791	5.241	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	141	329
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	20.707	13.074	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	74.145	48.179
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	20.594	16.286	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	198.975	157.228
INTANGÍVEL	(Nota 11)	4.018	4.426	CAPITAL SOCIAL		68.646	54.786
				RESERVAS DE SOBRAS		116.251	92.387
				SOBRADAS OU PERDAS ACUMULADAS		14.078	10.055
TOTAL DO ATIVO		1.108.965	789.271	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.108.965	789.271

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	60.922	122.126	106.699
Operações de crédito (Nota 07)	58.395	117.538	105.994
Resultado títulos e valores mobiliários	2.527	4.588	705
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(15.815)	(36.055)	(33.761)
Operações de captação no mercado	(2.909)	(7.149)	(9.862)
Operações de empréstimos e repasses	(6.347)	(12.108)	(9.890)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(6.559)	(16.798)	(14.009)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	45.107	86.071	72.938
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(18.596)	(32.361)	(31.338)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	16.433	33.971	24.323
Rendas de tarifas bancárias	3.826	7.624	8.008
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(14.959)	(28.445)	(26.563)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(20.094)	(37.594)	(31.080)
Dispêndios e despesas tributárias	(271)	(787)	(881)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	8.888	16.429	16.584
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(12.419)	(23.559)	(21.729)
RESULTADO OPERACIONAL	26.511	53.710	41.600
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(18)	4	56
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	26.493	53.714	41.656
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	94	(1.438)	(1.232)
Provisão para Imposto de Renda	76	(874)	(757)
Provisão para Contribuição Social	18	(564)	(475)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.343)	(4.556)	(3.792)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	24.244	47.720	36.632

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	50.868	74.623	-	5.675	131.166
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(4.169)	(4.169)
Destinação para FATES	-	-	-	(1.419)	(1.419)
Outras destinações	-	-	-	(87)	(87)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.212	-	-	-	3.212
Baixas de capital	(2.355)	-	-	-	(2.355)
Resultado do período	-	-	-	36.632	36.632
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(5.028)	(5.028)
Reserva legal - Estatutária	-	16.758	-	(16.758)	-
Reserva de Expansão - Estatutária	-	-	1.006	(1.006)	-
Fundo Social	-	-	-	(670)	(670)
Juros sobre o capital próprio	3.061	-	-	(3.115)	(54)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	54.786	91.381	1.006	10.055	157.228
Mutações do Período	3.918	16.758	1.006	4.380	26.062
Saldos no início do período em 01/01/2020	54.786	91.381	1.006	10.055	157.228
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	9.952	-	-	(9.952)	-
Outras destinações	-	-	-	(103)	(103)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.560	-	-	-	4.560
Baixas de capital	(2.431)	-	-	-	(2.431)
Reversões de reservas	-	-	(1.006)	1.006	-
Resultado do período	-	-	-	47.720	47.720
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(7.039)	(7.039)
Reserva legal - Estatutária	-	23.462	-	(23.462)	-
Reserva de Expansão - Estatutária	-	-	1.408	(1.408)	-
Juros sobre o capital próprio	1.779	-	-	(1.800)	(21)
Fundo Social	-	-	-	(939)	(939)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	68.646	114.843	1.408	14.078	198.975
Mutações do Período	13.860	23.462	402	4.023	41.747
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	65.483	91.381	456	24.026	181.346
Capital de associados					
Aumento de capital	2.493	-	-	-	2.493
Baixas de capital	(1.109)	-	-	-	(1.109)
Reversões de reservas	-	-	(456)	456	-
Resultado do período	-	-	-	24.244	24.244
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(7.039)	(7.039)
Reserva legal - Estatutária	-	23.462	-	(23.462)	-
Reserva de Expansão - Estatutária	-	-	1.408	(1.408)	-
Juros sobre o capital próprio	1.779	-	-	(1.800)	(21)
Fundo Social	-	-	-	(939)	(939)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	68.646	114.843	1.408	14.078	198.975
Mutações do Período	3.163	23.462	952	(9.948)	17.629

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	20.528	50.899	41.658
Resultado do semestre/exercício	24.244	47.720	36.632
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(3.716)	3.179	5.026
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.123	6.300	6.244
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	-	(5)	-
Depreciação e amortização	2.091	3.962	3.590
Baixas do ativo permanente	121	149	184
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(12)	(188)	36
Destinações ao FATES	(7.039)	(7.039)	(5.028)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	13.764	14.119	(76.491)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	18.141	16.835	(22.932)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	34.144	(97.648)	(89.924)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.005	(87)	(244)
(Aumento) em operações de crédito	(136.355)	(168.179)	(168.234)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	72.088	126.657	65.161
(Aumento) em outros ativos financeiros	(13.719)	(14.392)	(8.455)
(Aumento) Redução em outros ativos	549	(545)	(811)
Aumento em depósitos	13.169	135.490	141.199
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(1.288)	(484)	986
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(5.462)	(9.494)	(3.502)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.238)	(5.333)	(4.257)
Aumento em outros passivos	30.730	31.299	14.522
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	34.292	65.018	(34.833)
Aquisição de investimentos	(4.674)	(7.633)	(2.959)
Aquisição de imobilizado de uso	(5.541)	(7.018)	(3.609)
Aplicações no intangível	(573)	(993)	(569)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(10.788)	(15.644)	(7.137)
Integralização de capital	2.493	4.560	3.212
Baixa de capital	(1.109)	(2.431)	(2.355)
Juros ao capital próprio	(21)	(21)	(54)
Fundo Social	(939)	(939)	(670)
Distribuição de Sobras	-	(103)	(5.675)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	424	1.066	(5.542)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	23.928	50.440	(47.512)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	91.176	64.664	112.176
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	115.104	115.104	64.664

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	24.244	47.720	36.632
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	24.244	47.720	36.632

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 29/01/1989 e sede situada na Avenida Castelo Branco, 194, na cidade de Arautângua - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 20 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explanativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, , os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	17.160	20.792
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	97.944	43.872
Total	115.104	64.664

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	3.352	6.157	9.509	26.344	
Total	-	3.352	6.157	9.509	26.344	
Total circulante				3.352	-	
Total não circulante				6.157	26.344	

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - outros	-	7.109	18.093	25.202	-
Cotas de fundos de renda fixa	9.122	-	-	9.122	6.328
Cotas de fundos multimercado	153.628	-	-	153.628	83.596
(-) Provisão de desvalorização	-	(54)	(326)	(380)	-
Total	162.750	7.055	17.767	187.572	89.924
Total circulante				169.805	89.924
Total não circulante				17.767	-

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019
		A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Empréstimos e títulos descontados	7.191	58.464	123.252	189.498	378.405
Financiamentos	672	15.734	42.779	60.159	119.344
Financiamentos rurais e agroindustriais	450	10.221	92.812	130.160	233.643
Total das operações de crédito	8.313	84.419	258.843	379.817	731.392
Avalis e fianças honrados	308	3	3	5	319
Devedores por compra de valores e bens	10	54	162	653	879
Títulos e créditos a receber	-	31.372	11.732	17	43.121
Total de outros créditos	318	31.429	11.897	675	44.319
Carteira total	8.631	115.848	270.740	380.492	775.711
Total circulante				395.219	359.403
Total não circulante				380.492	234.502

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	23.732	-	-	-
A	0,50	337.071	161.436	1.685	807
B	1,00	293.293	203.337	2.928	2.033
C	3,00	69.375	182.013	2.082	5.460
D	10,00	18.449	23.214	1.845	2.321
E	30,00	6.662	7.005	1.998	2.102
F	50,00	5.496	1.827	2.748	914
G	70,00	2.899	3.200	2.030	2.240
H	100,00	18.734	11.873	18.734	11.873
Total		775.711	593.905	34.050	27.750

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 279.896 (dezembro de 2019 - R\$ 219.200) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 4.979 (dezembro de 2019 - R\$ 5.204) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas	6.296	71.846	121.805	163.489	363.436	290.822
Rural	450	10.221	92.812	130.160	233.643	184.222
Industrial	39	856	2.114	1.891	4.900	3.942
Comércio	982	23.956	40.565	60.977	126.480	81.073
Outros serviços	865	8.969	13.443	23.975	47.252	33.846
Total	8.632	115.848	270.739	380.492	775.711	593.905
Total circulante				395.219		359.403
Total não circulante				380.492		234.502

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	41.327	5,33	36.854	6,21
50 devedores seguintes	93.486	12,05	80.890	13,62
100 devedores seguintes	87.307	11,26	74.572	12,56
Demais	553.591	71,36	401.589	67,61
Total	775.711	100,00	593.905	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	27.750	21.506
Constituição de provisão	40.578	29.858
Reversão de provisão	(23.780)	(15.849)
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.498)	(7.765)
Saldo final	34.050	27.750

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	39.669	82.484	78.869
Financiamentos	9.510	18.453	13.451
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.187	12.027	9.233
Outros	102	280	228
Subtotal	55.468	113.244	101.781
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.927	4.294	4.213
Total	58.395	117.538	105.994

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 28.719 (2019 - R\$ 20.585).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	43.121	29.852
Rendas a receber	2.114	1.775
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	879	462
Avais e fianças honrados (Nota 07)	319	378
Operações com cartões	828	350
Devedores por depósitos em garantia	279	331
Total	47.540	33.148
Total circulante	45.586	32.595
Total não circulante	954	553

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	1.629	2.068
Adiantamentos e antecipações salariais	219	101
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	307	136
Adiantamentos para Confederação Sicredi	670	695
Impostos e contribuições a compensar	32	26
Cotas de consórcio	730	790
Pendências a regularizar	635	45
Coobrigações - liquidações	1.446	-
Outros	123	1.380
Total	5.791	5.241

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	1.320	1.995
Imóveis	1.065	1.918
Veículos e afins	255	77
Despesas antecipadas	296	70
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(5)
Total Circulante	1.616	2.060
Despesas antecipadas	13	8
Total não circulante	13	8

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(5)	(5)
Constituição de provisão	-	-
Reversão de provisão	5	-
Saldo final	-	(5)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	7.259	5.570
Sicredi Participações S.A.	13.447	7.503
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	20.707	13.074

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	4.567.940 ON	3.150.290 ON	1	1	7.258.860	5.570.298
	8.879.074 PN	6.542.204 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,14%	0,92%	0,62%	0,62%	4,93%	4,42%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	147.298	126.127
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	154.771	131.820
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	1.182	764
Valor do investimento	13.447	7.503	1	1	7.259	5.570

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	32.364	(11.770)	20.594	16.286
Imobilizações em curso	-	5.828	-	5.828	282
Terrenos	-	355	-	355	355
Edificações	4%	3.399	(830)	2.569	2.598
Instalações	10%	1.313	(331)	982	1.166
Benefícios em imóveis de terceiros	10%	6.798	(3.410)	3.388	3.893
Móveis e equipamentos	10%	6.431	(2.430)	4.001	4.235
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	850	(333)	517	521
Equipamentos de processamento de dados	20%	6.965	(4.178)	2.787	2.988
Veículos	20%	425	(258)	167	248
Intangível		11.183	(7.165)	4.018	4.426
Investimentos Confederação		11.178	(7.164)	4.014	4.421
Outros ativos intangíveis		5	(1)	4	5

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	235.511	-	-	235.511	135.813
Depósitos interfinanceiros	3.137	48.524	17.387	69.048	87.407
Depósitos a prazo	1.318	856	201.116	203.290	149.139
Total	239.966	49.380	218.503	507.849	372.359
Total circulante				289.346	174.046
Total não circulante				218.503	198.313

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	311.290	184.633
Total	311.290	184.633

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10.170	99.683	164.923	274.776	184.633
Total - Recursos do Crédito Rural	10.170	99.683	164.923	274.776	184.633
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.128	1.878	32.508	36.514	-
Total - Outros Recursos	2.128	1.878	32.508	36.514	-
Total circulante				113.859	100.510
Total não circulante				197.431	84.123

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 23/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	56	10.026	10.082	20.151
Total	-	56	10.026	10.082	20.151
Total circulante				56	10.459
Total não circulante				10.026	9.692

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	46	182	347	575	-
Total	46	182	347	575	-
Total circulante				228	-
Total não circulante				347	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.979	5.204
Recursos em trânsito de terceiros	929	1.188
Total circulante	5.908	6.392

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019	
Trabalhista	Provável	-	144	
Cível	Provável	141	185	
Total não circulante		141	329	
Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	144	22	(166)	-
Cível	185	50	(94)	141
Total	329	72	(260)	141

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 798 e R\$ 48 (dezembro de 2019 - R\$ 0 e R\$ 69), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	42.461	28.854
Provisão para pagamentos a efetuar	3.103	2.773
Cotas de capital a pagar	2.040	1.680
Provisão para participações nos lucros	4.507	3.875
Fundo de assistência técnica, educacional e social	7.415	5.028
Demais fundos constituídos	991	669
Impostos e contribuições a recolher	1.787	1.314
Credores diversos	4.098	3.576
Cheques administrativos	6.942	206
Cobrança e arrecadação de tributos	3	135
Pendências a regularizar	798	69
Total Circulante	74.145	48.179

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	68.646	54.786
Total de associados	40.748	35.076

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 13.860 (2019 – R\$3.918), sendo R\$ 11.731 (2019 – R\$ 3.061) via integralização de resultados e R\$ 4.560 (2019 – R\$ 3.212), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.431 (2019 – R\$ 2.355).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,01% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.800, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 50% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 15% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a Reserva de Expansão, destinada aos custos operacionais e administrativos para expansão da cooperativa;
- 2% para a constituição do Fundo Social; destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	53.714	41.656
Participação nas sobras	(4.556)	(3.792)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	49.158	37.864
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(19.663)	(15.146)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	17.353	12.357
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	720	1.246
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	241
Demais adições e exclusões previstas na legislação	152	70
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.438)	(1.232)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	9.509	26.344
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	187.572	89.924
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	97.944	43.872
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.650	1.610
Outros ativos (Nota 09)	670	822
Investimentos (Nota 10)	20.707	13.074
Intangível (Nota 11)	4.014	4.421
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	69.048	87.407
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	311.290	184.633
Obrigações por empréstimos (Nota 15)	10.082	20.151
Outros passivos (Nota 18)	40.341	28.687
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	4.588	705
Ingressos e receitas de prestação de serviços	11.119	9.817
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	2.557	6.430
Despesas		
Operações de captação no mercado	2.623	3.658
Operações de empréstimos e repasses	12.089	9.890
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	1.863	2.748
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	9.439	9.007

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	286	0,12%	172
Depósitos a prazo	407	0,20%	376
Operações de crédito	1.929	0,26%	2.365

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	2.641	2.348

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	8.086	15.658	14.924
Benefícios	3.637	6.927	6.106
Encargos sociais	3.202	5.812	5.498
Treinamentos	34	48	35
Total	14.959	28.445	26.563

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	590	1.171	1.043
Aluguéis	1.974	3.866	3.317
Comunicação	616	1.136	1.338
Manutenção e conservação	1.241	2.164	1.894
Material de expediente	476	805	642
Processamento dados	489	901	634
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.584	3.106	3.230
Serviços do sistema financeiro	1.235	2.363	2.048
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	3.129	4.585	2.167
Serviços de vigilância e segurança	737	1.413	1.375
Serviços de transportes	1.394	2.813	2.814
Amortização	1.295	2.562	2.458
Depreciação (Rateio Confederação)	796	1.400	1.132
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.237	5.333	4.505
Emolumentos e taxas diversas	362	529	396
Outras despesas administrativas	1.939	3.447	2.087
Total	20.094	37.594	31.080

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	2.238	5.333	4.257
Recuperação de encargos e despesas	837	1.353	1.893
Ingressos depósitos intercooperativos	950	2.114	6.223
Reversão de provisões operacionais	818	1.199	1.110
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	2.311	4.125	2.658
Reversão de provisões para passivos contingentes	52	260	221
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	835	835	-
Outras rendas operacionais	848	1.210	222
Total	8.888	16.429	16.584

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.429	2.636	2.155
Contribuições Cooperativistas	71	143	138
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	500	1.097	1.066
Contribuição Confederação Sicredi	3.980	7.481	6.862
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	731	1.422	1.373
Encargos da administração financeira	-	1	34
Repasso Administradora de Cartões	-	109	278
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.630	3.899	3.463
Provisões para passivos contingentes	40	72	257
Outras provisões operacionais	520	949	869
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.131	3.186	1.596
Risco operacional	401	716	1.922
Juros e comissões	3	4	2
Outras despesas operacionais	983	1.844	1.714
Total	12.419	23.559	21.729

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	24.244	47.720	36.632
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	24.244	47.720	36.632

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	279.896	219.200
Total	279.896	219.200

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)		
Nível I (NI)	194.957	152.802
Capital principal - CP	194.957	152.802
Capital social	68.646	54.786
Reservas de capital	116.251	92.387
Lucros acumulados	14.078	10.055
Ajustes Prudenciais	(4.018)	(4.426)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.029.372	764.902
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	210	2.733
Margem de Capital	99.531	69.754
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,94%	19,98%
Situação de Imobilização (Imob)	20.595	16.288
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,56%	10,66%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ediano José Neves
Diretor Executivo
CPF: 770.239.191-04

Luciano Pereira De Andrade
Diretor de Operações
CPF: 496.207.031-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Araputanga / Mato Grosso, 25 de fevereiro de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Joao Henrique
Conselheiro

Jose Carlos Dos Santos
Conselheiro

Kelson Osorio Da Silva
Conselheiro